

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OLÍMPIA
CNPJ - 53.227.229/0001-20

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(valores em reais)

Ativo	NOTAS	2016	2015	Passivo	NOTAS	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixas e Equivalentes	6	1.684.158	747.508	Fornecedores	10	672.109	758.032
Créditos	7	709.619	86.717	Serviços médicos e terceiros	11	587.031	554.068
Adiantamentos		5.482	8.150	Obrigações Trabalhistas	12	394.693	293.926
Estoques	8	775.767	640.545	Obrigações fiscais	12	150.871	257.496
Subvenções a Receber		29.492	-	Obrigações sociais	12	4.895	3.233
		3.204.519	1.482.921	Subvenções a realizar	13	167.320	-
				Empréstimo	14	286.012	386.801
				Parcelamentos	15	393.421	7.325
				Acordos	16	52.477	-
				Outras Obrigações	17	646.827	70.328
Não Circulante							
Realizável a Longo Prazo				Não Circulante			
Créditos-LP	7	125.000	-	Empréstimo-LP	14	4.069.692	1.057.630
		125.000	-	Parcelamentos-LP	15	545.643	292.387
				Acordos-LP	16	403.334	267.308
				Contingências Judiciais	18	100.000	-
				Receita Diferida	19	242.946	-
Imobilizado				Patrimônio Líquido			
Imobilizado	9	1.958.485	2.543.910	Patrimônio social	20	(3.429.265)	78.296
		1.958.485	2.543.910			(3.429.265)	78.296
TOTAL		5.288.004	4.026.831			5.288.004	4.026.831


MARIO FRANCISCO MONTINI

PROVEDOR
CPF: 055.582.268-03


KOKEN UEHARA


TC CRC 1SP083729/0-3
CPF: 589.957.498-49

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OLÍMPIA
CNPJ - 53.227.229/0001-20

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(valores expressos em reais)

	NOTA	2016	2015
Receitas Bruta de Serviços			
Receitas Pacientes SUS		2.551.396	2.537.144
Receitas Pacientes Convênios		2.629.036	2.892.895
Receitas Pacientes Particulares		737.163	879.167
		5.917.595	6.309.206
(-) Dedução das receitas		(45.572)	(62.286)
Receita Líquida de Serviços		5.872.023	6.246.920
(-) Custo dos Serviços Prestados			
Custos dos Medicamentos e Materiais		(2.252.446)	(1.629.435)
Custos com Pessoal		(6.205.786)	(5.309.584)
Custos com Serviços Terceiros		(2.608.901)	(2.804.233)
		(11.067.133)	(9.743.252)
Déficit Operacional Bruto		(5.195.110)	(3.496.332)
Despesas (Receitas) Operacionais			
Financeiras Líquidas		(667.968)	(139.504)
Outras Despesas		(1.216.760)	(1.008.665)
Outras Receitas		80.492	(10.986)
Contribuição da Cota Patronal	23	1.340.389	-
Isenção da Cota Patronal	23	(1.340.389)	-
Resultado Operacional		(1.804.236)	(1.159.155)
Subvenções e Doações			
Estadual		479.907	915.575
Municipal		1.716.785	1.640.223
Federal		1.147.585	1.322.730
Donativos		922.601	475.650
		4.266.878	4.354.178
Resultado do Exercício		(2.732.469)	(301.309)


MÁRIO FRANCISCO MONTINI
PROVEDOR
CPF: 055.582.268-03


KOKEN UEHARA
TC CRC 1SP083729/0-3
CPF: 589.957.498-49

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Santa Casa de Misericórdia de Olímpia

O SERVIÇO DE SAÚDE DO CIDADÃO OLIMPIENSE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

1. Contexto Operacional

A *Santa Casa de Misericórdia de Olímpia* é pessoa jurídica de direito privado, associação civil com fins não econômicos de caráter beneficente e filantrópico, constituída em 12 de Junho de 1.927 e inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob N° 53.227.229/0001-20, de duração indeterminada com sede e fôro na cidade de Olímpia, Estado de São Paulo, à Rua Síria, nº 139. É reconhecida como de utilidade pública pelas autoridades federais, estaduais e municipais.

2. Área de Atuação e Objeto Social

A *Santa Casa de Misericórdia de Olímpia* tem como objetivo básico, sem visar lucro, prestar assistência médico-hospitalar àqueles que dela necessitarem, sem distinção de raça, cor, credo político ou religioso, idade, sexo, nacionalidade ou outra de qualquer natureza, em conformidade com a legislação Federal, Estadual, Municipal e regulamentos e normas administrativas.

3. Administração

Conforme o Estatuto Social, a entidade compõe-se de um número ilimitado de pessoas de ambos os sexos, admitidas sob a denominação de Associado, classificados como Beneméritos, Efetivos e Colaboradores. É administrada pelos seguintes órgãos: Assembleia Geral, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

4. Manutenção Financeira da Santa Casa

Os recursos financeiros necessários à realização dos objetivos sociais são provenientes de:

- Prestação de serviços aos usuários do *SUS* – *Sistema Único de Saúde*;
- Convênios mantidos com operadoras de saúde e seguradoras;
- Serviços prestados a pacientes particulares;
- Recebimento de doações de pessoas físicas e jurídicas;
- Auxílios e subvenções concedidos pelo governo municipal, estadual e federal;
- De resultados de campanhas de arrecadações de recursos, entre outras.

5. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Lei n. 6.404/76 e alterações promovidas pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, que deram início ao processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade às novas regras internacionais de contabilidade. Observamos também os dispostos nas novas normas brasileiras de contabilidade, elaboradas pelo Conselho Federal de Contabilidade, principalmente a ITG 2002 – Entidades Sem Finalidade de Lucro e através de pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Técnicos.

Santa Casa de Misericórdia de Olímpia

O SERVIÇO DE SAÚDE DO CIDADÃO OLIMPIENSE

6. Caixa e Equivalentes

Compreendem dinheiro em Caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo que estão registradas pelo valor de aplicação acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço

Descrição	2016	2015
Caixa	4.052,31	18.662,19
Bancos	758.544,56	48.775,68
Aplicações	862.512,73	719.249,76
Numerários em Transito	59.048,62	- 39.179,36
TOTAL	1.684.158,22	747.508,27

7. Créditos

Representam os valores provenientes de direitos a receber, pela contra prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde – SUS, Convênios e Outros.

Créditos	2016	2015
SUS	154.436,88	-
Convênios	398.453,13	297.668,94
(-) Andiantamento convênio	-	- 350.000,00
Prefeituras	29.492,00	
Outros	127.237,38	139.048,50
TOTAL	709.619,39	86.717,44
Créditos - LP		
Capitalização- Bradesco	125.000,00	-
	125.000,00	-

8. Estoques

Os saldos referem-se aos estoques a seguir:

Descrição	2016	2015
BEM DO IMOBILIZADO	549.545,02	4.814,26
MATERIAL HOSPITALAR.CIRURGICO	49.548,02	11.928,88
MATERIAL DE CONSUMO	9.858,63	18.689,27
MATERIAL DE MANUTENCAO	150,49	72.736,14
MATERIAL DE ROUPARIA	7.295,41	27.394,75
MATERIAL DE ESCRITORIO	9.629,19	667,79
MATERIAL DE INFORMATICA	1.540,86	16.369,73
MEDICAMENTOS	89.923,51	299.339,65
PRODUTOS ALIMENTICIOS	23.077,95	80.501,97
PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA	24.104,60	6.095,56
UTENSILIOS DE COZINHA	5.708,04	2.263,91
MATERIAL LAVANDERIA	4.393,99	-
MATERIAL DE ORTOPIEDIA	991,11	99.743,34
TOTAL	775.766,82	640.545,25

9. Ativo Não Circulante - Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, deduzido dos encargos de depreciação calculada com base nas taxas permitidas pela legislação pertinente.

Houve ajustes nas depreciações dos exercícios anteriores no valor de R\$ 479.652,16.

Santa Casa de Misericórdia de Olímpia

O SERVIÇO DE SAÚDE DO CIDADÃO OLIMPIENSE

	2015	2016	2016	2016
Descrição	Imobilizado	Deprec.Acum	Aquisições	Liquido
Imóveis	659.354	(142.930)		516.424
Móveis e Utensílios	1.884.556	(469.895)	27.400	1.442.061
TOTAL	2.543.910	(612.825)	27.400	1.958.485

10. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelos valores mensurados pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. Na prática as contas a pagar são normalmente reconhecidas pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente.

DESCRIÇÃO	2016	2015
FORNECEDORES	666.052,72	758.031,59
FORNECEDORES-PREST.SERVIÇOS	6.056,48	-
TOTAL	672.109,20	758.031,59

11. Serviços Médicos e Terceiros

Refere-se à prestação de serviços médicos e Exames ao Sistema Único de Saúde-SUS, convênios e particulares.

12. Obrigações Trabalhistas, fiscais e sociais

Representam valores a pagar referentes a salários, férias, INSS, FGTS e IRRF.

13. Subvenções a realizar

É registrado nesse subgrupo, na rubrica denominada Subvenções a Realizar a diferença entre os valores recebidos referentes a subvenções e as despesas já realizadas pela Entidade.

14. Empréstimos

Referem-se a recursos financeiros tomados junto à Instituição Financeira, destinados a cobertura de déficit decorrente da prestação de serviço ao Sistema SUS realizado a preço inferior aos custos da Santa Casa. O pagamento das prestações ocorrem mensalmente, através de desconto diretamente do montante recebido do SUS. Encontram-se divididos em Passivo Circulante e Não Circulante.

EMPRÉSTIMOS	2016		2015	
	SALDO	JUROS A APROPRIAR	SALDO	JUROS A APROPRIAR
Bradesco			386.801	206.598
Bradesco-LP			1.057.630	572.290
Caixa Economica Federal	286.012	795.647		
Caixa Economica Federal-LP	4.069.692	3.108.400		

Santa Casa de Misericórdia de Olímpia

O SERVIÇO DE SAÚDE DO CIDADÃO OLIMPIENSE

15. Parcelamentos

A Instituição aderiu ao *REFIS – Programa de Recuperação Fiscal*, parcelando os débitos em atraso até o período de dezembro de 2013.

16. Acordos

É constituído de R\$ 237.158,37 correspondente ao saldo de compromissos a pagar a funcionários, decorrente de acordo trabalhista firmado em 2007, entre o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Saúde de Ribeirão Preto e Região e a Diretoria que administrava a Santa Casa naquele ano. É constituído também pelo valor de R\$ 218.652,38 referente ao acordo com a CPFL.

17. Outras Obrigações

Refere-se a obrigações a pagar como: adiantamentos de créditos, descontos de funcionários a repassar, energia, serviços, entre outros.

18. Contingências Judiciais

Conforme item 16 tópico (a) e (b) do CPC 25 onde cita o seguinte:

(a) quando for mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço, a entidade deve reconhecer a provisão (se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos);

(b) quando for mais provável que não existe uma obrigação presente na data do balanço, a entidade divulga um passivo contingente, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

Segundo o relatório do Jurídico, a Entidade contabilizou como Risco Provável a quantia de R\$100.000,00 e R\$113.000,00 foram considerados como Riscos Possíveis.

19. Receitas Diferidas

Conforme determinam as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente a NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, as subvenções destinadas a investimentos, deverão ter o seu reconhecimento em contas de resultado, conforme ocorre à realização dos bens, que no caso de imobilizado se dá pela depreciação ou alienação do mesmo.

Desta forma, a Entidade reconhece mensalmente como receita de subvenções para investimento, em conta de resultado, o mesmo valor que contabiliza como depreciação do bem imobilizado.

Santa Casa de Misericórdia de Olímpia

O SERVIÇO DE SAÚDE DO CIDADÃO OLIMPIENSE

20. Patrimônio Social

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição.

Descrição	2016	2015
Saldo Inicial Patrimônio Social	78.296	379.605
Ajuste Exercício Anterior	(775.092)	-
Déficit do Exercício	(2.732.469)	(301.309)
Saldo Final Patrimônio Social	(3.429.265)	78.296

21. Ajuste de Exercícios Anteriores

São considerados como ajustes de exercícios anteriores, os fatos decorrentes de mudança de critério contábil ou de retificação de erro imputável a exercício anterior, desde que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes (art. 186, § 1º LEI Nº 6.404/76). Desta forma, no balanço encerado em 31/12/2016, foram evidenciados os valores de fatos com efeitos que pertenceram a exercícios anteriores, no valor de R\$ 203.131, o valor de maior relevância refere-se ao ajuste da subvenção a apropriar (receita diferida).

22. Contas de Resultado

As **receitas** são registradas mensalmente, em obediência aos princípios de competência, sendo provenientes de atendimento hospitalar de pacientes, de empresas privadas e órgãos públicos, com os quais a Entidade, mantém convênio, sendo em sua maior parte com o SUS e Convênios Operadoras de Saúde.

As **despesas** são apropriadas em obediência ao regime de competência, apurando-se através de notas fiscais de serviços, saídas de estoque e recibos, em conformidade com as exigências legais e fiscais.

23. Isenções Previdenciárias e Imunidades Tributárias

A entidade usufruiu da isenção da cota patronal apurada sobre a folha de pagamento durante exercício findo 31/12/2016, conforme lei 12.101/2009 do CEBAS, assim como imunidades conforme CF/88.

ISENÇÕES	2016	2015
INSS Cota Patronal	1.340.388,66	-
IRPJ	124.329,99	128.763,01
CSLL	111.896,99	115.886,71
COFINS	310.824,98	321.907,53
ISS	310.824,98	321.907,53
TOTAL	2.198.265,60	888.464,79

Santa Casa de Misericórdia de Olímpia

O SERVIÇO DE SAÚDE DO CIDADÃO OLIMPIENSE

24. Atendimentos SUS

Com observância à resolução 834/2016-MS de 26/04/2016 o número total de pacientes-dia de internações e dos atendimentos ambulatoriais prestados no exercício de 2016 foi de:

Competência			Internação					Ambulatório			% SUS Mensal
			SUS		Não-SUS		% SUS	SUS	Não-SUS	% SUS	
			Qtde.	Paciente-Dia	Qtde.	Paciente-Dia	Internação	Qtde.	Qtde.	Ambulatório	
Janeiro	-	2016	255	814	180	316	72,04%	202	527	27,71%	82,04%
Fevereiro	-	2016	197	762	198	458	62,46%	149	83	64,22%	72,46%
Março	-	2016	249	795	200	325	70,98%	151	111	57,63%	80,98%
Abril	-	2016	303	1.001	233	436	69,66%	146	136	51,77%	79,66%
Mai	-	2016	302	1.089	218	406	72,84%	186	136	57,76%	82,84%
Junho	-	2016	276	910	164	306	74,84%	156	133	53,98%	84,84%
Julho	-	2016	317	954	188	382	71,41%	306	617	33,15%	81,41%
Agosto	-	2016	267	813	182	326	71,38%	167	515	24,49%	81,38%
Setembro	-	2016	283	973	166	341	74,05%	41	556	6,87%	80,92%
Outubro	-	2016	309	979	173	305	76,25%	150	544	21,61%	86,25%
Novembro	-	2016	229	770	153	288	72,78%	152	481	24,01%	82,78%
Dezembro	-	2016	271	939	166	354	72,62%	139	533	20,68%	82,62%
Total (SEM INCENTIVO)	-	2016	3.258	10.799	2.221	4.243	71,79%	1.945	4.372	30,79%	81,79%

No Plano de Ação Regional (Portaria MS 1.970/2011 - Artigo 33), preencha caso a entidade possua:

I - Atenção obstétrica e neonatal;

II - Atenção oncológica;

III - Atenção às urgências e emergências;

IV - Atendimentos voltados aos usuários de álcool, crack e outras drogas; e

V - Hospitais de Ensino

Sim / Não	Máximo	Obtido
Sim	1,50%	1,50%
Não	1,50%	0,00%
Sim	1,50%	1,50%
Não	1,50%	0,00%
Não	1,50%	0,00%

Percentual de Atendimento ao SUS - TOTAL - no ano

2016 foi de:

84,79%

25. Outras informações

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais competentes durante os prazos prescricionais variáveis consoantes e legislação específica aplicável.

Olímpia-SP, 31 de dezembro de 2016.


MARIO FRANCISCO MONTINI

PROVEDOR

CPF: 055.582.268-03


KOKEN UEHARA

TC CRC 1SP083729/0-3

CPF: 589.957.498-49

DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Método Indireto)

	NOTA	2016	2015
1 - DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
(A) Resultado Líquido Ajustado			
Deficit do Exercício		(2.732.469)	(301.309)
Depreciação		612.825	-
Ajuste Exercício Anterior	21	(775.092)	-
Contingências judiciais		100.000	-
Receitas Diferidas		242.946	-
(=) Resultado Ajustado		(2.551.790)	(301.309)
(B) Acréscimo e Decréscimo do Ativo Circulante e Não Circulante			
Créditos		(622.902)	412.225
Adiantamentos		2.668	(1.339)
Estoques		(135.222)	(50.037)
Subvenções a Receber		(29.492)	-
Despesas Antecipadas		-	-
Créditos-LP		(125.000)	-
(=) Acréscimo/Decréscimo Ativo Circulante e Não Circulante		(909.948)	360.849
(C) Acréscimo e Decréscimo do Passivo Circulante e Não Circulante			
Fornecedores		(85.922)	508.089
Serviços médicos e terceiros		32.963	554.068
Obrigações com funcionários		100.767	(50.325)
Obrigações fiscais		(106.625)	179.869
Obrigações sociais		1.662	(35.857)
Subvenções a realizar		167.320	-
Outras Obrigações		576.498	64.558
Parcelamentos		386.095	7.325
Acordos		52.477	-
Parcelamentos-LP		253.255	(29.574)
Acordos-LP		136.026	(31.940)
(=) Acréscimo/Decréscimo Passivo Circulante		1.514.516	1.166.213
TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (A+B+C)		(1.947.222)	1.225.754
2 - DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:			
Aquisições de Imobilizado		(27.400)	(42.412)
TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:		(27.400)	(42.412)
3 - DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:			
Emprestimos e Financiamentos		(100.789)	520
Emprestimos e Financiamentos-LP		3.012.062	(494.634)
TOTAL DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		2.911.273	(494.114)
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (1+2+3)		936.650	689.228
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		747.508	58.280
VARIAÇÃO OCORRIDA NO PERÍODO		936.650	689.228
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO		1.684.158	747.508


MARIO FRANCISCO MONTINI
PROVEDOR
CPF: 055.582.268-03


KOKEN UEHARA
TC CRC 1SP083729/0-3
CPF: 589.957.498-49

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OLÍMPIA
CNPJ - 53.227.229/0001-20

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**
(Valores em reais)

	Patrimônio Social	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2014	379.605	379.605
Déficit do exercício de 2015	(301.309)	(301.309)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	78.296	78.296
Ajuste de exercícios anteriores	(775.092)	(775.092)
Déficit do exercício corrente - 2016	(2.732.469)	(2.732.469)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(3.429.265)	(3.429.265)


MARIO FRANCISCO MONTINI

PROVEDOR
CPF: 055.582.268-03


KOKEN UEHARA

TC CRC 1SP083729/0-3
CPF: 589.957.498-49

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Santa Casa de Misericórdia de Olímpia

O SERVIÇO DE SAÚDE DO CIDADÃO OLIMPIENSE

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados membros do Conselho Fiscal da Santa Casa de Misericórdia de Olímpia, em reunião realizada nesta data, no uso de suas atribuições estatutárias, examinaram o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, correspondentes ao período de janeiro a dezembro de 2016. Com base nos documentos examinados, nas análises efetuadas e nos esclarecimentos apresentados pela Provedoria são de opinião que os citados documentos estão em conformidade com as prescrições legais e reflete adequadamente a posição patrimonial, econômica e financeira da Santa Casa de Misericórdia de Olímpia no referido período, razão pela qual aprovamos tais documentos.

Olímpia, 28 de março de 2017.



**Flávio Roberto Bachega,
Membro do Conselho Fiscal**



**José Antônio Mazer
Membro do Conselho Fiscal**



**Francisco de Assis Madalena
Membro do Conselho Fiscal**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Senhor Provedor da
SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OLÍMPIA
Olímpia - SP

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OLÍMPIA que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, excetuando os efeitos dos assuntos comentados no parágrafo Base para opinião com ressalvas, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OLÍMPIA em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Pelo fato de não termos acompanhado o inventário físico dos seus estoques e, por não ser possível realizar procedimentos alternativos de auditoria, não podemos firmar juízo sobre a consistência dos valores integrantes desse grupo que, no final de 2016 somava R\$ 775.767.

A Entidade não realizou a recuperabilidade dos seus ativos imobilizados, conforme NBC TG 01 em seu item 09, não mantendo controle individualizado dos bens integrantes do imobilizado, sendo assim, não podemos firmar juízo sobre a consistência dos valores integrantes desse grupo que, em 31 de dezembro de 2016, totalizava R\$ 1.958.485 e o reflexo do cálculo da depreciação sobre o resultado do exercício e o patrimônio social da entidade.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.



Continuidade Operacional

Sem ressaltar nossa opinião, nos termos da NBC TA 570, chamamos a atenção para o fato de que, no exercício de 2016, a Entidade apurou um Déficit no valor de R\$ (2.732.469) e a soma do passivo circulante e não circulante da Entidade excedeu o total do ativo circulante e não circulante, indicando um patrimônio líquido negativo no valor de R\$ (3.429.265).

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas e outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança sobre as Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Araçatuba, 05 de abril de 2017.



Luis Eduardo Azevedo
Contador CRC 1SP292909/O-6